



Direito Administrativo

Licitações

José Carlos Machado Júnior

***E-mail:* josecarlosmachadojunior@gmail.com**

Conceito

É um procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato que melhor atenda o interesse público.

Finalidade

Tem por fim garantir, além da melhor proposta, a observância do princípio constitucional da isonomia e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Objeto

Tem por objeto as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros

Previsão Constitucional

Competência Normativa

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III

Princípio da Licitação

Art. 37.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

Previsão Constitucional

Estatuto Jurídico da Empresa Pública

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

*III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;**(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

Contrato de Concessão ou Permissão

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Previsão Constitucional

Estatuto Jurídico da Empresa Pública

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

*III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;**(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

Contrato de Concessão ou Permissão

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Legislação

Lei nº 8.666/93 - Normas para licitações e contratos da Administração Pública

Lei nº 8.987/95 - Regime de Concessão e Permissão da prestação de serviços públicos

Lei nº 10.520/02 - Modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns

Lei nº 11.079/04 - Normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada

Lei nº 12.462/11 - Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)

Lei nº 12.688/12 - Aplicação do RDC as obras do PAC

Lei nº 12.722/12 - Aplicação do RDC para as obras no âmbito do sistema público de ensino

Lei nº 12.745/12 - Aplicação do RDC as obras e serviços de engenharia do SUS

Princípios

Lei nº 8.666/93 - Normas para licitações e contratos da Administração Pública

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**, a seleção da **proposta mais vantajosa** para a administração e a promoção do **desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade**, da **impeessoalidade**, da **moralidade**, da **igualdade**, da **publicidade**, da **probidade administrativa**, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do **julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos.

- **legalidade**
- **moralidade**
- **Igualdade**
- **probidade administrativa**
- **vinculação ao instrumento convocatório**
- **julgamento objetivo**
- **os que lhes são correlatos**
- *participação da sociedade na fiscalização da licitação*
- *competitividade ou oposição*
- *adjudicação compulsória ao vencedor*
- **desenvolvimento nacional sustentável**
- **impeessoalidade**
- **publicidade**

Inexigibilidade e Dispensa da Licitação

- Contrato Direto - Contratação Direta
- Ressalva do art. 37, XXI
- A inexigibilidade consiste na inviabilidade de competição (art. 25, Lei nº 8.666/93)
- Ocorre a dispensa quando a lei autoriza o administrador a não licitar por razões de conveniência (art. 24, da Lei nº 8.666/93)
- Art. 25 - inexigibilidade - relação exemplificativa
- Art. 24 - dispensa - relação exaustiva
- Necessária Justificativa:
 - Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas

Inexigibilidade da Licitação

Art. 25. É **inexigível** a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial **exclusivo**, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de **serviços técnicos** enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza **singular**, com profissionais ou empresas de **notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de **profissional** de qualquer setor **artístico**, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a: I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; II - pareceres, perícias e avaliações em geral; III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras; III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

Dispensa da Licitação

- Art. 24. É dispensável a licitação: ... (33 incisos)
- Classificação:
 - a) em razão do pequeno valor (I e II)
 - b) em razão de situações excepcionais (III, IV, V, VI, VII, IX, XI, XIV, XVIII, XXVII, XXVIII)
 - c) em razão do objeto (X, XII, XV, XVII, XIX, XXI, XXV, XXIX, XXXI e XXXII)
 - d) em razão da pessoa (VIII, XIII, XVI, XX, XXII, XXIII, XXIV, XXVI, XXX)

Licitação Dispensada

- O art. 17, da Lei nº 8.666/93 dispõe sobre a alienação de bens móveis e imóveis da Administração Pública, condicionando-a, entre outras exigências, à prévia realização de licitação. No entanto determinou expressamente a dispensa da licitação nos seguintes casos:

- -----

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas

I - quando **imóveis**, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

II - quando **móveis**, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

Modalidades de Licitação

Lei nº 8.666/93 (art. 22)

- concorrência
- tomada de preços
- convite
- concurso
- leilão

Lei nº 10.520/02

- pregão

Modalidades de Licitação

Lei nº 8.666/93 (art. 22)

§ 1º **Concorrência** é a modalidade de licitação entre **quaisquer interessados** que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

§ 2º **Tomada de preços** é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

§ 3º **Convite** é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Modalidades de Licitação

Lei nº 8.666/93 (art. 22)

§ 4º **Concurso** é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de **trabalho técnico, científico ou artístico**, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 5º **Leilão** é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a **venda** de bens móveis **inservíveis** para a administração ou de **produtos legalmente apreendidos ou penhorados**, ou para a **alienação de bens imóveis** prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Procedimento

- Concorrência - procedimento mais amplo
- Comissão permanente ou especial com 3 membros
- Convite - excepcionalmente - 1 servidor
- Pregão - pregoeiro e equipe
- Concurso - comissão especial - reputação ilibada e conhecimento da matéria
- Fases interna e externa
- Fase Externa:
 - Publicação (edital, convocação)
 - Habilitação (*) (recebimento das propostas e documentos)
 - Classificação (**) (julgamento das propostas)
 - Homologação
 - Adjudicação

(*) Habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do art. 7º,

Tipos de Licitação

TIPOS DE LICITAÇÃO (art. 45, §1º, Lei nº 8.666/93)

É a forma de julgamento de uma licitação, estabelecendo a lei quatro tipos:

- . **menor preço:** verifica-se se a proposta atende o edital e após analisa-se o preço (Pregão)
- . **melhor técnica:** seleciona-se primeiramente pela técnica e após negocia-se o menor preço com a melhor técnica.
- . **técnica e preço:** classifica-se pela média ponderada de notas.
- . **maior lance ou oferta:**

Procedimento do Pregão

Fases do Pregão:

1. Fase preparatória / **Interna**

- inicia com a justificativa da contratação e definição do objeto pela autoridade competente. (art. 3º, da Lei nº 10.520/2002)

2. Fase **externa** - iniciada com a convocação dos interessados (art. 4º)

- convocação
- julgamento e classificação das propostas
- habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta
- decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;
- homologada a licitação pela autoridade competente
- convocação do adjudicatário para assinar o contrato no prazo definido em edital

Anulação e Revogação da Licitação

Revogação - motivo superveniente, razões de interesse público, devidamente comprovado, pertinente e suficiente.

Anulação - Ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros mediante parecer escrito, devidamente fundamentado. Não gera o direito a indenização, exceto na hipótese do parágrafo único do artigo 59

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Recurso Administrativo

Art. 109, Lei nº 8.666/93

- Recurso; Representação; - Pedido de Reconsideração

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - **recurso**, no prazo de **5 (cinco) dias** úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - **representação**, no prazo de **5 (cinco) dias** úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - **pedido de reconsideração**, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de **10 (dez) dias úteis** da intimação do ato.

Regime Diferenciado de Contratações

Lei nº 12.462/2011

- 1) Afasta para as hipóteses previstas, a aplicação da Lei nº 8.666/93 (Copa, Jogos Olímpicos, inicialmente)
- 2) Obejtivos: ampliar eficiência e competitividade; promover troca de experiências e tecnologias para obter a melhor relação custo/benefício; incentivar a inovação tecnológica; assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa
- 3) Fases: preparatória; publicação; apresentação de propostas ou lances; julgamento; habilitação; recursal; encerramento (possível a inversão de fases - habilitação e julgamento)
- 4) preferencialmente realizada sob a forma eletrônica
- 5) critérios de julgamento: menor preço ou maior desconto; técnica e preço; melhor técnica ou conteúdo artístico; maior oferta de preço; maior retorno econômico
- 6) Julgadas as propostas e definido o resultado a administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado
- 7) fase recursal única, exceto se houver inversão de fases (após a habilitação)
- 8) Encerramento com o encaminhamento para a autoridade que poderá homologar e adjudicar, determinar o saneamento, anular o procedimento em parte ou totalmente, revogar.

Características do Pregão

Lei nº 10.520/2002

- 1) inversão de fases
- 2) tipo (critério) menor preço
- 3) possível o meio eletrônico (pregão presencial ou virtual)
- 4) previsão de lances sucessivos entre as ofertas inicialmente classificadas
- 5) uma fase recursal

XVIII - **declarado o vencedor**, qualquer licitante poderá manifestar **imediata e motivadamente** a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias para apresentação das razões do recurso**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XIX - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

Fim!

Muito Obrigado!